DOI: http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v14n41p33-45

DETERMINANTES DO NÍVEL DE CONFORMIDADE DAS EVIDENCIAÇÕES RELATIVAS AO CPC 27 EM EMPRESAS DO NOVO MERCADO DA BM&FBOVESPA

DETERMINANTS OF THE CONFORMITY LEVEL OF EVIDENCES RELATED TO THE DISCLOSURE CPC 27 IN COMPANIES OF THE NEW BM&FBOVESPA MARKET

ITZHAK DAVID SIMÃO KAVESKI
Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal - UFMS/CPAN. ***Endereço:*** *Avenida Rio Branco, 1.270, Sala H 221, Bairro Universitário, CEP: 79304-020 | Corumbá/MS | Brasil.*
E-mail: *itzhak.kaveski@ufms.br*

ANTONIO CARPES
Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - Campus Laranjeiras do Sul PR. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau – FURB. ***Endereço:*** *Rua Antonio da Veiga, 140 - Bairro Victor Konder | 89012-900 | Blumenau/SC | Brasil.*
E-mail: *carpes.antonio@gmail.com*

ROBERTO CARLOS KLANN
Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau - FURB Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau – FURB. ***Endereço:*** *Rua Antonio da Veiga, 140 - Bairro Victor Konder | 89012-900 | Blumenau/SC | Brasil.*
E-mail: *rklann@furb.br*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo identificar os fatores que explicam o nível de divulgação relativo ao CPC 27 – Ativo Imobilizado, por empresas listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBovespa, considerando como seus prováveis determinantes as variáveis tamanho, imobilizado total, endividamento e rentabilidade do imobilizado. O estudo caracteriza-se como descritivo, conduzido por meio de análise documental e abordagem quantitativa. A população é composta de 109 empresas em 2011, abrangendo uma amostra de 106 empresas. Para coleta dos dados foi elaborado um check list composto de 17 itens baseados no Pronunciamento Técnico CPC 27. A técnica de análise, buscando alcançar a proposta de pesquisa, deu-se por meio de regressão linear múltipla. Nos resultados encontrados, verificou-se uma relação positiva significativa entre o ativo imobilizado das empresa e o índice de evidenciação, verificado pelos itens correspondentes aos requisitos mencionados no CPC 27. No que tange às variáveis determinantes do processo de evidenciação, verificou-se que "Imobilizado" está positivamente associado à divulgação de informações sobre ativo imobilizado. Já a "Rentabilidade" está negativamente associada à divulgação. Não se verificou associação significante entre "Endividamento" e "Tamanho" com a divulgação de informações sobre imobilizado. É necessário considerar, ainda, o baixo fator explicativo das variáveis determinantes da evidenciação recomendada pelo CPC 27 e a necessidade de se estender a investigação dentro do tema, possibilitando comparações e extração de novas evidências conclusivas.

Palavras-chave: Divulgação. Ativo imobilizado. CPC 27.

Submissão em 05/06/2014. **Revisão em** 12/12/2014. **Aceito em** 05/02/2015.

(cc) BY-NC

ABSTRACT

This article aims at identifying the factors that explain the level of disclosure concerning the CPC 27 - Fixed Assets, for companies listed on the New Market segment of Corporate Governance of BM&FBovespa. The probable determinants are considered the size variations, the total assets, debt and return on assets. The study is characterized as descriptive, carried out through documentary analysis and quantitative approach. The population is made of 109 companies in 2011, covering a sample of 106 companies. For data collection a checklist which consists of 17 items based in IAS 27 were designed. The analysis technique, seeking to achieve the research proposal, was made through multiple linear regression. The results show a meaningful and positive relationship between the fixed assets of the company and the disclosure index, checked by the items corresponding to the requirements in CPC 27. In the determinant variables of the disclosure process, it was found that "Property" is positively associated with the dissemination of information on fixed assets. Have the "profitability" is negatively associated to disclosure. There was no significant association between "Indebtedness" and "Size" to the information disclosure on assets. It must also be considered the low explanatory factor of the determinant variables of disclosure recommended by CPC 27 and the need to extend the investigation deep into the issue, by allowing comparisons and extraction of new conclusive evidences.

Keywords: *Property. Disclosure. CPC 27.*

1 INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis são estruturadas para atender aos usuários externos, evidenciando aspectos relacionados com a situação patrimonial. Considerando distintas e diversas necessidades, as demonstrações contábeis são construídas à luz do Pronunciamento Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC-00 R1). O conjunto de demonstrações contábeis contemplam informações quantitativas (demonstrações contábeis tradicionais) e qualitativas (notas explicativas). Complementam informações adicionais que sejam relevantes aos usuários externos. A contabilidade possui um compromisso inalienável com seus usuários, cumprido a partir de um processo de evidenciação que contempla o ordenamento das informações sobre o patrimônio das organizações (IUDÍCIBUS, 1997; IUDÍCIBUS *et al*., 2010).

A expansão de mercados e avanços tecnológicos mudaram o contexto das organizações, proporcionando transações diversas, que por sua vez devem ser registradas de modo diverso em diferentes países, conforme o local de origem do negócio. Frente a esse contexto a contabilidade necessita cumprir seus objetivos, o que torna imprescindível uma padronização para harmonizar as práticas contábeis e permitir uma melhor análise e comparação do desempenho financeiro das organizações, contribuindo ainda para o fortalecimento da transparência e confiabilidade para os usuários externos (NIYAMA, 2005; HOPE; YIQIANG; TONY, 2005).

Em suma, a adoção das normas internacionais *International Fanancial Report Standard* (IFRS) propicia (i) uma maior qualidade dos relatórios financeiros; (ii) reduz o custo de capital por meio da confiança transmitida ao mercado e (iii) melhora as práticas contábeis, aumentando a liquidez dos mercados (IUDÍCIBUS *et al.,* 2010). Algumas pesquisas têm procurado identificar possíveis relações ou impactos da convergência aos padrões internacionais de contabilidade. Klann, Hein e Beuren (2009) investigaram o impacto das diferenças entre as normas contábeis brasileiras e americanas nos indicadores de desempenho de empresas brasileiras de governança corporativa, apresentando, dentre os resultados, que os indicadores de desempenho não foram afetados de maneira significativa pelas divergências nas normas contábeis entre os dois países, não ocorrendo nas empresas da amostra assimetria de informação entre o que é divulgado na Bovespa e na NYSE.

Barbosa Neto, Oliveira Dias e Pinheiro (2009) realizaram estudo semelhante em seis empresas que publicaram suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), obtendo resultados na mesma direção, ou seja, embora havendo diferenças nos indicadores de desempenho calculados sob as duas estruturas de normas, quando testados estatisticamente não demonstraram ocorrência de assimetria informacional.

Dentre os diversos ativos que compõe a estrutura do patrimônio, encontra-se o ativo imobilizado, composto de ativos tangíveis não destinados à venda e de uso nas operações da organização (IUDÍCIBUS *et al.,* 2010). Ao mencionarem os referidos ativos, Hendriksen; Van Breda (1999) referenciam instalações e equipamentos e dentre suas características estariam ser (i) mantidos para facilitar produção de bens e serviços e (ii) possuírem vida útil limitada. Em consonância com o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Básicos pronunciou-se por

meio do CPC 27 – Ativo Imobilizado, referenciando um conjunto de atributos a serem respeitados quando da evidenciação do conjunto de informações a respeito do ativo imobilizado. O referido pronunciamento foi aprovado em 26 de setembro de 2009, divulgado em 31 de julho do mesmo ano.

Em relação à escolha das empresas, objeto de análise, destaca-se que dentre o conjunto de compromissos que as empresas listadas no Novo Mercado assumem perante os investidores está o fornecimento de informações que auxiliam na avaliação sobre o valor da companhia. Segundo a BM&FBovespa, a premissa básica do novo mercado é de que boas práticas de governança corporativa são observadas atentamente pelos investidores, haja vista que a qualidade das informações prestadas reduz as incertezas no processo de avaliação e risco. Nesse contexto, justifica-se a escolha das empresas, devido ao acesso e à credibilidade que emana dos relatórios divulgados, dentro da observância das boas práticas de governança preconizadas pelo mercado.

Assim, a questão de pesquisa que norteia o presente estudo é a seguinte: Quais os fatores determinantes do nível de conformidade das evidenciações relativas ao CPC 27 em empresas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA?

O presente artigo tem por objetivo identificar os fatores que explicam o nível de divulgação relativo ao CPC 27 – Ativo Imobilizado, por empresas listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBovespa, considerando como seus prováveis determinantes as variáveis tamanho, imobilizado total, endividamento e rentabilidade do imobilizado. Em seguida, busca-se relacionar o índice de *disclosure* com variáveis como tamanho, imobilizado total, endividamento e rentabilidade do imobilizado.

Algumas pesquisas (GALLON; BEUREN; HEIN, 2008; MIRANDA, TOMÉ; GALLON, 2011), no Brasil, têm investigado o processo de *disclosure*. No primeiro estudo mencionado, os autores se ativeram a verificar o conteúdo dos relatórios de administração das companhias participantes dos níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA, investigando os itens de maior evidenciação. Utilizando-se da mesma técnica, Miranda, Tomé e Gallon (2011) investigaram a evidenciação no tocante ao tratamento da remuneração variável à luz dos pronunciamentos e orientações legais. No referido estudo, os autores mencionam em suas conclusões a relevância de se relacionar o nível de evidenciação com fatores contingenciais como tamanho, setor e composição do quadro funcional, embora não evidenciem estatisticamente tal relação. Outras pesquisas (HOSSAIN 2008; ZONATTO *et al*., 2011; MAPURUNGA *et al*., 2011; LIN *et al*., 2011) têm desenvolvido investigações no tocante à *disclosure,* utilizando variáveis como tamanho do ativo, lucro, determinados indicadores financeiros, como o EBTIDA, e de endividamento, entre outros. Percebe-se poucos estudos (SZUSTER; FERNANDES, 2011; Eckert, 2012) envolvendo o universo do ativo imobilizado e suas formas de evidenciação nos relatórios das companhias brasileiras apresentam-se como importante oportunidade de pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na perspectiva de subsidiar teoricamente o debate que leva resposta à questão de pesquisa, esta seção aborda dois temas pontuais: a evidenciação contábil e a caracterização do grupo ativo imobilizado para que haja uma melhor compreensão do CPC 27. O primeiro tema é contemplado pela subseção *disclousure* contábil e o segundo ativo imobilizado. Por fim, a seção apresenta estudos anteriores, no intuito de verificar as contribuições acadêmicas dentro do tema em pesquisa.

2.1 *Disclosure* contábil

O *disclosure* está relacionado ao processo de divulgação da informação, que por vezes é compreendido em sentido restrito como reporte de informação financeira a respeito de uma empresa, normalmente evidenciada no relatório anual. A divulgação em sentido mais amplo abrange a análise da gestão, as notas explicativas e as demonstrações complementares (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Bushman, Piotroski e Smith (2004) tratam do *disclosure* no contexto da transparência corporativa, definindo-a como instrumento de divulgação de informações específicas da empresa para seus usuários externos. Nessa observação, os autores trazem para o escopo da evidenciação a responsabilidade perante os *stakeholders.*

O *disclosure* pode ser definido como a divulgação de informações contábeis quantitativas (expressas em números) ou qualitativas (por meio de sentenças) reportadas pela empresa por intermédio de relatórios anuais, os quais trazem em seu conteúdo informações contábeis (demonstrações contábeis) e de gestão (informações sobre desempenho e ações da gestão), que auxiliam os usuários externos (GIBBINS; RICHARDSON; WATERHOUSE, 1990).

Pode-se inferir, diante das premissas conceituais expostas, que os relatórios corporativos englobam tanto informações obrigatórias (emanadas por lei) quanto voluntárias, de diversas naturezas. Cruz e Lima (2010), ao discorrerem sobre a reputação corporativa como variável direcionadora do nível de *disclosure* voluntário das empresas de capital aberto no

Brasil, extraem de sua revisão literária e conceitual sobre *disclosure* e reputação corporativa, que embora a avaliação feita pelos *stakeholders* dependa de suas experiências e conhecimentos a respeito da empresa, o processo de *disclosure* contribui para avaliação e mensuração do comprometimento da organização dentro do mercado.

Do ponto de vista normativo, a literatura apresenta três níveis de *disclosure*: divulgação adequada, justa e completa. No que tange à divulgação adequada, essa responde a um volume mínimo de evidenciação compatível com a proposta de evitar que as demonstrações sejam enganadores. A divulgação justa está associada aos aspectos éticos de tratamento igualitário para com todos os usuários. Já em relação à divulgação completa, estaria dentro do escopo da evidenciação total (*full disclosure)* (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

No Brasil, amparados pelos ambientes fiscal e regulatório, o processo de divulgação torna-se por vezes limitado e discricionário. Na medida em que determinadas empresas não são obrigadas a publicar seus relatórios, serem auditadas ou ainda limitarem-se a divulgações quantitativas (demonstrações contábeis), por força de regulação fiscal, denota-se a utopia da divulgação completa.

Algumas pesquisas têm evidenciado e confirmado que a divulgação total de informações (*full disclosure*) não é observada na prática, demonstrando um processo de *disclosure* parcial (LANG; LUNDHOLM, 1992; CORE, 2001).

O processo de *disclosure* está associado à divulgação de informações, cuja temática tem sido abordada dentro da Teoria da Divulgação e o objetivo estaria em explicar o fenômeno da divulgação de informações financeiras a partir de diversos aspectos. Salotti, Yamamoto e Pimentel (2007) exemplificam referido conceito, com a verificação do efeito da divulgação das demonstrações financeiras e o preço das ações, em que cabe explicar quais as razões econômicas que determinam a divulgação da informação de modo voluntário.

Para Dye (2001), existe uma teoria de divulgação voluntária cuja premissa seria de que a entidade irá divulgar informação que seja favorável a ela e não a divulgará se ela for desfavorável. Verrecchia (2001) discorda de Dye (2001), no que tange à existência de uma teoria maturada, afirmando que não há uma teoria abrangente e unificada de divulgação, pelo menos, uma que o referido autor se sinta confortável em identificar como tal.

Verrecchia (2001) descreve, analiticamente, os modelos matemáticos desenvolvidos pela teoria dentro de três categorias de pesquisas sobre divulgação: (i) baseada em associação; (ii) baseada em julgamento; (iii) baseada em eficiência. A primeira investiga as relações entre a divulgação e as alterações nas ações dos investidores. Com referência ao julgamento, trata-se da investigação de como os gestores tomam decisões quanto à escolha entre divulgar ou não uma informação da qual eles tenham conhecimento. Por fim, a divulgação baseada em eficiência investiga qual conjunto de divulgação é preferido na ausência de conhecimento anterior da informação.

O presente trabalho encaixa-se na segunda das categorias propostas por Verrecchia (2001), divulgação baseada em julgamento.A pesquisa de divulgação baseada em julgamento fundamenta-se no conceito de seleção adversa, cuja condição é a existência de assimetria informacional. Empresas com perspectivas de resultados positivos tendem a evidenciar as referidas perspectivas e outras informações, minuciosamente, acreditando que os benefícios sobrepõem os custos. Por outro lado, a omissão de informações levaria o mercado a interpretar as perspectivas ruins para o resultado da companhia, induzindo o mercado à interpretação de que a empresa está em dificuldades (VERRECCHIA 2001).

O conceito de *disclosure* está relacionado ao conceito de transparência corporativa, entendida como a disseminação de informação confiável acerca de desempenho operacional, desempenho financeiro, oportunidades de investimento, governança, valores e risco (BUSHMAN; PIOTROSKI; SMITH, 2004). Dessa forma, o raciocínio é de que empresas com melhor *disclosure* são mais transparentes, considerando que suas escolhas e julgamentos estarão correlacionados a variáveis que influenciarão (custos de agência e externalidades) e serão influenciados (desempenho e patrimônio) a partir das decisões tomadas.

2.2 Ativo imobilizado

O Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, aprovado pela deliberação CVM 583/09 e tornado compulsório pela resolução CFC 1.177/09, define o imobilizado como: "(i) um ativo tangível mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e que (ii) se espera utilizar por mais de um ano" (IUDICIBUS *et al*., 2010, p. 220).

Extraindo as referências regulatórias e legais, Iudícibus *et al*. (2010) observam que o ativo imobilizado caracteriza-se pelo caráter permanente de seus ativos tangíveis, os quais devem estar em processo de utilização normal pela empresa, assim como quando da existência de direitos exercidos com essa finalidade. Uma característica importante mencionada pelos

referidos autores é que o ativo não precisa necessariamente ser de propriedade da organização, do ponto de vista jurídico, para ser reconhecido. Nesse caso, basta que se caracterizem os atributos de controle, benefícios e riscos, assumidos pela entidade.

Considerando o fato dos referidos bens caracterizarem-se como ativos, as colocações expostas alinham-se à definição expressa por Hendriksen e Van Breda (1999, p. 286), de que "os ativos devem ser definidos como potenciais de fluxos de serviço ou direitos a benefícios futuros sob o controle de uma organização".

A Lei nº. 6.404/76, conforme seu art. 179, item IV, expressa que as contas a serem classificadas no ativo imobilizado devem evidenciar:

> Os direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

Após o reconhecimento do ativo com item imobilizado, o mesmo deve ser evidenciado pelo seu valor de custo, subtraído o valor depreciado pelo uso do bem nas atividades de produção ou perda por redução ao valor recuperável. Quando da possibilidade legal de uma reavaliação de bens, a evidenciação corresponde ao seu valor justo à data da reavaliação, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável (CPC 27).

O CPC 27 recomenda a divulgação dos itens do imobilizado, considerando a segregação por classe de ativos. Para cada classe de ativos devem ser evidenciados: (i) critérios de mensuração do valor bruto dos ativos; (ii) métodos de depreciação; (iii) vidas úteis ou taxas de depreciação; (iv) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumulada) no início e no final do período; assim como (v) a conciliação do valor contábil demonstrando a mutação do patrimônio imobilizado.

Aboody, Barth e Kaszinik (1999) verificaram a associação entre a reavaliação dos ativos fixos de empresas britânicas e o seu desempenho. O estudo foi motivado pelo debate entre a evidenciação do ativo imobilizado pelo seu valor atualizado ou pelo custo histórico deduzido da depreciação, em uma perspectiva de apresentação do patrimônio no longo prazo. Os resultados da pesquisa demonstraram associação positiva com mudanças no desempenho e forte evidência de que as reavaliações refletem mudanças nos valores dos ativos que são realizados em operações subsequentes. Diante dos resultados, a pesquisa sugere que os retornos do imobilizado não são passíveis de confiança, em função da discricionariedade e das mudanças nas expectativas da gestão sobre o desempenho futuro da empresa.

As pesquisas supramencionadas evidenciam uma relação entre o imobilizado e os reflexos no patrimônio, haja vista as características do imobilizado (permanência, utilidade, valor) que trazem consigo uma exposição a variáveis externas (preço de mercado). Nesse sentido, o *disclosure* desse componente patrimonial deve ser revestido de boas práticas de divulgação e considerar sua relação com o patrimônio que está sendo demonstrado aos *stakeholders*.

2.3 Estudos anteriores

A carência em estudos nacionais, que verifiquem especificamente o processo de evidenciação e a observância do pronunciamento contábil CPC 27, impulsiona a referência a estudos que discorram sobre o tema e que se aproximem da relação com o impacto no patrimônio das organizações. Desse modo, torna-se possível uma relação argumentativa para se fazer referência ao processo de divulgação do imobilizado, enquanto importante item do patrimônio.

Lin *et al*. (2011) examinaram o efeito da qualidade da evidenciação da contabilidade sobre a produtividade nacional, utilizando a Análise Envoltória de Dados. Outro método utilizado nos estudos que envolvem a seara da evidenciação contábil trata-se da análise de conteúdo por meio de pesquisas documentais (GALLON; BEUREN; HEIN, 2008; MIRANDA, TOMÉ; GALLON, 2011)

No âmbito acadêmico, algumas pesquisas empíricas nacionais e internacionais buscaram explorar aspectos relacionados ao *disclosure* contábil, como, por exemplo, os estudos de Gallon, Beuren, Hein (2008), Hossain (2008), Zonatto *et al*. (2011), Mapurunga *et al*. (2011), Miranda, Tomé e Gallon (2011) e Lin *et al*. (2011).

Estudo realizado por Gallon, Beuren, Hein (2008) buscou analisar o índice de evidenciação contábil dos itens obrigatórios e não obrigatórios nos Relatórios da Administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. Os resultados demonstram que as companhias abertas brasileiras, independentemente do nível de governança corporativa, apresentaram no grupo de obrigatoriedade e recomendados, um maior nível de evidenciação dos itens que tratam sobre os fatos administrativos, descrição dos negócios, produção e serviços. Já no grupo de não obrigatoriedade e não recomendados, os itens responsabilidade social e balanço social foram os mais evidenciados.

Hossain (2008) investigou o grau de divulgação obrigatória e voluntária das empresas bancárias listadas na Índia. Ele criou uma métrica para análise da evidenciação de informações nas demonstrações contábeis. Foram selecionados 184 itens, dos quais 101 eram obrigatórios e 81 voluntários. O estudo revelou que na divulgação de itens obrigatórios, a quantidade média foi de 88 itens, enquanto na divulgação voluntária foram observados 25 itens. Os resultados também indicam que o tamanho e a rentabilidade estão significativamente relacionados com o nível de divulgação das informações contábeis.

Zonatto *et al*. (2011) buscaram identificar em um conjunto de características existentes dentro das organizações, aquelas que melhor explicam a aderência às normas internacionais de contabilidade das empresas listadas no Setor Elétrico da BM&FBovespa. Para concluir o objeto de estudo, adotoramo Índice de Observância às Práticas de Convergência, construído a partir do CPC 13, CPC 37 (R1), e o estudo de Lima *et al*. (2010), passando aqui pelo processo de evidenciação, haja vista que a observância às normas internacionais está refletida também nos procedimentos de divulgação ao público externo. A partir dos resultados, concluíram que por meio da técnica de mineração de dados da Teoria dos Conjuntos Aproximativos, os índices que melhor explicam a aderência ao CPC 13 e ao CPC 37 (R1) são: tamanho, necessidade de financiamento, endividamento total, imobilização e rentabilidade do patrimônio líquido.

Mapurunga *et al*. (2011) verificaram a existência de associação entre a divulgação de informações acerca de instrumentos financeiros derivativos a partir dos dispositivos constantes do Pronunciamento Técnico CPC 14 e características econômicas de 75 companhias listadas nos níveis diferenciados de Governança Corporativa da BM&FBovespa no ano de 2010. Os resultados demonstram que as características econômicas tamanho e lucro estão positivamente associadas à divulgação de informações sobre instrumentos financeiros derivativos.

Miranda, Tomé e Gallon (2011) analisaram a evidenciação da remuneração variável nas melhores empresas para se trabalhar, listadas na BM&FBovespa, diante das práticas de divulgação em Notas Explicativas definidas pelos CPCs 10 e 33 no ano de 2009. A partir de uma análise descritiva, os resultados da pesquisa demonstram que o tamanho da empresa, o setor de atuação e a quantidade de empregados condicionam a maior extensão da evidenciação de informação sobre as políticas de remuneração variáveis, praticadas pelas empresas pesquisadas.

As pesquisas voltadas a investigar o processo de evidenciação nos relatórios contábeis, referenciadas nesta seção, apontam uma tendência para uma associação das variáveis tamanho, rentabilidade e lucratividade com o nível de *disclosure* praticado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados no estudo. Primeiramente é realizado o delineamento da pesquisa, quanto aos seus objetivos, abordagem do problema e coleta dos dados. Na sequência, define-se a população e a amostra. Por fim, demonstra-se o método de coleta e análise dos dados pesquisados.

3.1 Delineamentos da pesquisa

O presente estudo, quanto ao seu objetivo, pode ser caracterizado como uma pesquisa descritiva. O procedimento utilizado para a coleta dos dados é o documental, ou seja, utiliza as demonstrações contábeis publicadas na BM&FBovespa no ano de 2011 como fonte dos dados. Em relação à abordagem, esta pesquisa pode ser classificada como quantitativa, com o emprego de técnicas estatísticas para obter seus principais resultados.

3.2 População e amostra

O universo de pesquisa compreende o ambiente das empresas listadas no segmento de Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBovespa. Na definição da população de pesquisa, foram selecionadas 109 empresas da referida listagem, divididas em 8 segmentos. Não foram analisadas as empresas classificadas no setor econômico "Financeiro e Outros", devido às características singulares de suas atividades. Na definição da amostra foram eliminadas três empresas, por não apresentarem valor de ativo imobilizado em suas demonstrações contábeis. A Tabela 1 apresenta a população e a amostra da pesquisa.

A amostra é composta de 106 empresas listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBovespa na data da pesquisa e que apresentaram os itens de imobilizado em suas notas explicativas. Não foi levada em consideração a republicação das notas explicativas posteriores à terceira semana de setembro de 2012, data em que se efetuou a coleta das notas explicativas. Dessa forma, possíveis republicações após a coleta não estão contempladas na análise deste estudo.

Como pode ser visto na Tabela 1, o setor com maior representatividade no segmento do Novo

Mercado no ano de 2011 é o de construção e transporte, com 31 empresas, representando 29,25% da amostra total. Em contraste, o setor com menor representatividade é o setor de Telecomunicações, com apenas uma empresa no período em análise.

Tabela 1 – População e amostra por setor

SETOR	POPULAÇÃO	% POPULAÇÃO	AMOSTRA	% AMOSTRA
Bens Industriais	10	9,17%	10	9,43%
Construção e Transporte	32	29,36%	31	29,25%
Consumo Cíclico	19	17,43%	18	16,98%
Consumo NãoCíclico	22	20,18%	22	20,75%
Materiais Básicos	8	7,34%	7	6,60%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	4	3,67%	4	3,77%
Tecnologia da Informação	4	3,67%	4	3,77%
Telecomunicações	1	0,92%	1	0,94%
Utilidade Pública	9	8,26%	9	8,49%
Total	**109**	**100,00%**	**106**	**100,00%**

Fonte: Dados da pesquisa.

3.3 Instrumentos de pesquisa e coleta de dados

A fim de atingir o objetivo do estudo (verificar o nível de conformidade das empresas listadas na BM&FBovespa, classificadas no segmento do Novo Mercado, com o processo de *disclosure* observado no CPC 27 – Ativo Imobilizado), foi elaborado um *"check list"* de acordo com o CPC 27, que dispõe acerca das evidenciações que devem constar em nota explicativa específica, referenciando o imobilizado, e nas notas de práticas contábeis, publicadas pelas empresas. O Quadro 1 apresenta o *check list* utilizado no estudo.

Quadro 1 – Check list para verificação do nível de evidenciação conforme o CPC 27 – Ativo Imobilizado

ITEM	*CHECK-LIST*
	As demonstrações contábeis devem divulgar para cada classe de ativos
1	Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto
2	Os métodos de depreciação utilizados
3	As vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas
4	O valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperáveis acumuladas) no início e no final do período
	A conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando:
5	(i) adições
6	(ii) ativos mantidos para venda em acordo com PT CPC 31
7	(iii) aquisições por meio de combinações de negócios
8	(iv) aumento ou reduções decorrentes de reavaliações e perdas em acordo com CPC 01
9	(v) provisão para perdas de ativos
10	(vi) reversão de perdas por redução ao valor recuperável de ativos
11	(vii) depreciações
12	(viii) variações cambiais
13	(ix) outras alterações
	As demonstrações contábeis devem divulgar ainda:
14	A existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita, como os ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de obrigações e os adquiridos mediante operação de leasing conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil
15	O valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção
	Outras divulgações quanto à seleção do método de depreciação:
16	A depreciação quer reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período
17	A depreciação acumulada no final do período

Fonte: Elaborado a partir dos dados do CPC 27.

Na análise dos dados, os itens foram julgados de duas formas. Quando a empresa evidencia o item adequadamente, considera-se que atendeu ao item. Nos casos em que a empresa não apresentou o item analisado em Nota Explicativa ou atendeu o item apenas parcialmente, considerou-se que não atendeu ao item. Considerou-se ainda que, mesmo não ocorrendo o item de divulgação, a empresa deve divulgar a não

ocorrência. Assim, nos casos em que as entidades não mencionaram os itens obrigatórios exigidos pelo CPC 27, foi avaliado o não cumprimento do item exigido. Para uma melhor compreensão, a partir da tabulação de dados, considerou-se "1" quando atendido determinado item e "0" quando o referido item não foi atendido.

Na sequência, analisou-se a relação, a intensidade e a capacidade de influência de variáveis econômicas sobre o Índice de *Disclosure*, por meio da correlação de *Pearson* e pela regressão linear múltipla.

A correlação de *Pearson* busca encontrar relação entre as variáveis, possibilitando analisar se o aumento das variáveis determinantes (variáveis independentes) está significativamente associado com o aumento do índice de *disclosure* do imobilizado (variável explicada). Já a regressão linear múltipla possibilita analisar os determinantes da evidenciação do imobilizado. As operacionalizações de tais variáveis, bem como a sua base teórica, são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis independentes selecionadas para o estudo

Variável	Legenda	Proxy	Impacto no Disclosure	Fundamentação	Fonte
Tamanho	TAM	Ativo Total	+	Hossain (2008); Zonatto *et al.* (2011); Mapurunga *et al.* (2011); Miranda, Tomé e Gallon (2011)	Economática®
Imobilizado	IMO	Imobilizado Total			Economática®
Endividamento	END	Passivo Oneroso / Ativo Total	+	Zonatto *et al.* (2011)	Economática®
Rentabilidade do Imobilizado (ROA)	RENT	Lucro líquido / Imobilizado Total			Economática®

Fonte: Dados da pesquisa.

Não foram encontrados estudos que tivessem utilizado a variável Imobilizado e Rentabilidade sobre o ativo Imobilizado. Contudo, por estar buscando uma relação com a evidenciação do imobilizado, optou-se por investigar a possível relação entre essas variáveis. Após a revisão de literatura e a seleção das possíveis variáveis determinantes do Índice de *Disclosure*, elaboraram-se quatro hipóteses de que a evidenciação do imobilizado está associada a características econômico-financeiras das companhias brasileiras:

H_1: Empresas maiores possuem maior *disclosure* do ativo imobilizado que as empresas menores;

H_2: Empresas com maiores ativos imobilizados possuem maior *disclosure* do ativo imobilizado que as empresas menores;

H_3: Empresas mais endividadas possuem maior *disclosure* do ativo imobilizado que as empresas menos endividadas;

H_4: Empresas mais rentáveis possuem maior *disclosure* do ativo imobilizado que as empresas menos rentáveis.

Os dados foram estruturados em planilha *Microsoft Excel*®. Posteriormente, procedeu-se à análise, com o auxílio do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme descrito na metodologia, analisaram-se as notas explicativas das empresas que compõem a amostra no ano de 2011, com base no *check list* apresentado no Quadro 1. Após análise das notas, identificou-se o nível de evidenciação das empresas em relação ao imobilizado no CPC 27. A estatística descritiva das variáveis é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis

VARIÁVEIS	N	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO
Disclosure	106	0,353	0,941	0,588	0,588	0,115
Tamanho	106	182.416,0	47.410.884,0	6.285.578,123	3.020.830,000	8.111.550,426
Imobilizado	106	5.530,0	15.378.710,0	1.653.448,246	373.110,00	3.064.345,109
Endividamento	106	0,00	66,47	29,6674	29,50	16,2655
ROA	106	-17, 9	193,4	2,877	0,10	19,8340

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 2, as variáveis tamanho e imobilizado apresentam estatísticas descritivas elevadas devido à própria escala. A alta variabilidade dessas medidas, dada pela observação do desvio-padrão, indica que há diferenças significativas em termos de ativo total e tamanho do imobilizado para as empresas do Novo Mercado. A rentabilidade também apontou alta variabilidade.

Nota-se que para grande parte das variáveis há uma diferença significativa entre a mediana e a média, devido aos valores extremos, o que indica séries assimétricas. As exceções são as variáveis *disclosure* e endividamento. A variável *disclosure* apresentou valores iguais para a média e para a mediana. Já a variável endividamento apresentou média e mediana muito próximas, o que sugere uma série simétrica.

É possível constatar também que algumas empresas obtiveram alto nível de evidenciação, visto que o valor máximo atingido pelo Índice de *disclosure* foi 0,941, significando dizer que 94% dos itens foram divulgados. Contudo, vale destacar que a média ficou em torno de 0,588, ou seja, as empresas em média evidenciaram 59% dos itens exigidos pelo CPC 27. Para analisar a relação entre o *Disclosure* e o setor de atuação, foram classificados os níveis de evidenciação em 4 intervalos, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – *Disclosure* segregado em intervalos de frequência

INTERVALO	*DISCLOSURE*
1º	0,00 a 0,24
2º	0,25 a 0,49
3º	0,50 a 0,74
4º	0,75 a 1

Fonte: Dados da pesquisa.

Os intervalos foram distribuídos de forma crescente: o 1º intervalo o de menor divulgação e o 4º intervalo o de maior divulgação. A partir das frequências dos Índices de *Disclosure* de cada setor, foi possível identificar o nível de divulgação em que está inserido cada um dos setores. A Tabela 4 apresenta a frequência de empresas por setor de atuação nos intervalos definidos.

Tabela 4 – Distribuição das empresas por intervalo de *Disclosure*

SETOR DE ATUAÇÃO	NÚMERO DE EMPRESAS POR INTERVALO			
	2º	3º	4º	TOTAL
Bens Industriais	1	6	3	10
Construção e Transporte	9	19	3	31
Consumo Cíclico	3	14	1	18
Consumo Não Cíclico	1	19	2	22
Materiais Básicos	1	6		7
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1	3		4
Tecnologia da Informação	1	3		4
Telecomunicações		1		1
Utilidade Pública	1	6	2	9
TOTAL	**18**	**77**	**11**	**106**

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da Tabela 4, observa-se que em nenhum segmento se obteve uma evidenciação inferior a 25%. O setor de construção e transporte é o que possui o maior número de empresas e sua concentração de evidenciação por intervalo está no 3º nível, demonstrando boas práticas de evidenciação.

Buscando um melhor resultado nos testes estatísticos, os dados foram normalizados, retornando o logaritmo natural dos números. Isso foi necessário, uma vez que ocorreu alta oscilação nas variáveis tamanho e imobilizado, dada pela observação do desvio-padrão.

Antes de efetuar a análise de regressão linear múltipla, o estudo buscou analisar inicialmente a intensidade e o sentido das relações entre as variáveis, calculando-se o coeficiente de correlação de *Pearson*. Ressalta-se que a correlação não implica necessariamente na relação de causa e feito, mas, sim, de associação entre as variáveis. A Tabela 5 apresenta a correlação entre as variáveis.

Tabela 5 – Correlação das variáveis

VARIÁVEIS	IMO	END	REN	DISCLOSURE
Tamanho	0,586**	0,351**	-0,079	0,039
Imobilizado		0,317**	-0,780**	0,288**
Endividamento			-0,124	0,150
ROA				0,294*

* indica signif. a 5%. | ** indica signif. a 1%.
Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando-se as correlações entre as variáveis, apresentadas na Tabela 5, verifica-se uma correlação positiva entre o nível de *disclosure* e o imobilizado (r = 0,288, p < 0,01), ou seja, quanto maior o imobilizado da empresa, maior é sua prática de evidenciação. Isso corrobora a hipótese de que existe relação entre as duas variáveis.

Com relação à rentabilidade, a interação do nível de *disclosure* é negativamente significativa (r = -0,294, p < 0,05), não corroborando a hipótese do trabalho, pois, de acordo com os resultados encontrados na Tabela 5, quanto maior a rentabilidade da empresa, menor é seu índice de evidenciação do imobilizado.

Não se encontrou relação significativa das variáveis tamanho e endividamento com o índice de evidenciação do imobilizado. Após o cálculo da correlação entre as variáveis utilizadas, partiu-se para a análise da regressão linear múltipla, buscando verificar os fatores explicativos do nível de *disclosure* do imobilizado das empresas listadas no Novo Mercado. As Tabelas 6 e 7 descrevem os resultados desses cálculos.

Tabela 6 – Modelo de regressão linear

R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
441	0,195	0,139	0,4773	2,028

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 6 o coeficiente de determinação (R^2) compreende que 19,5% da variância do Índice de *Disclosure* é explicada pelas variáveis tamanho, imobilizado, rentabilidade e endividamento.

O teste de *Durbin Watson* apresentou um valor próximo a 2, permitindo verificar a independência dos resíduos, indicando que não existe relação entre eles (MAROCO, 2007).

Tabela 7 – ANOVA das empresas do Novo Mercado

	SOMA DOS QUADRADOS	DF	QUADRADO MÉDIO	F	SIG.
Regressão	3,198	4	0,800	3,510	0,012 [b]
Resíduos	13,214	58	0,228		
TOTAL	**16,413**	**62**			

a. Variável dependente: *Disclosure*.
b. Preditos: (Constante), ROA, Tamanho, Endividamento, Imobilizado.
Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme os resultados apresentados pelo teste ANOVA (Tabela 7), existem evidências de que as variáveis rentabilidade, tamanho, endividamento e imobilizado influenciam significativamente no índice de evidenciação do imobilizado das empresas componentes da amostra. A Tabela 8 apresenta os coeficientes de regressão das variáveis.

Tabela 8 – Modelo de regressão linear

	Coeficientes não Padronizados		Coeficientes Padronizados	T	SIG.
	B	MODELO PADRÃO	BETA		
(Constante)	1,895	0,790		2,399	0,020
Tamanho	-0,086	0,097	-0,199	-0,889	0,378
Imobilizado	0,183	0,088	0,681	2,078	0,042
Endividamento	-0,016	0,084	-0,025	-0,187	0,853
ROA	0,056	0,084	0,184	0,668	0,507

Fonte: Dados da pesquisa.

Os coeficientes estimados (B) indicam a relação entre as variáveis, enquanto o valor p indica a significância dessas variáveis. Observa-se que o sig. da variável Imobilizado é menor que o nível de significância de 5%, confirmando que o Índice de *Disclosure* relativo ao imobilizado é influenciado pelo tamanho do imobilizado da empresa. A regressão indica que o imobilizado das empresas influencia positivamente na evidenciação dos itens obrigatórios pelo CPC 27.

Contudo, não se encontrou significância nas variáveis tamanho, endividamento e rentabilidade, ou seja, eles não influenciam na evidenciação do imobilizado das empresas objeto de análise, não confirmando assim as hipóteses H_1, H_3 e H_4 do estudo.

O presente estudo obteve resultados diferentes em relação aos estudos anteriores sobre *disclosure* contábil, como os de Hossain (2008), Zonatto *et al*. (2011), Mapurunga *et al*. (2011) e Miranda, Tomé e

Gallon (2011), que encontraram relação significativamente positiva entre o tamanho da empresa e a evidenciação. Ressalta-se que Zonatto *et al*. (2011) também encontraram relação positiva com o endividamento da empresa.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa teve por objetivo identificar os fatores que explicam o nível de divulgação relativo ao CPC 27 – Ativo Imobilizado, por empresas listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBovespa, considerando como seus prováveis determinantes as variáveis tamanho, imobilizado total, endividamento e rentabilidade do imobilizado.

Inicialmente verificou-se uma média de 59 % dos itens requeridos pelo CPC 27, evidenciados por mais de 50% das companhias constantes da amostra. Nenhuma empresa cumpriu todos os itens requeridos. 16 foi o número máximo obtido por companhia.

Nos resultados encontrados verificou-se uma relação positiva significativa entre o ativo imobilizado das empresa e o índice de evidenciação, verificado pelos itens correspondentes aos requisitos mencionados no CPC 27, corroborando a hipótese H_2,ou seja, quanto maior o imobilizado maior é o nível de *disclosure* relativo ao ativo imobilizado evidenciado.

Por outro lado, a rentabilidade apresentou coeficiente negativo, estatisticamente significativo, rejeitando-se a hipótese H_4, uma vez que o resultado demonstra que quanto menor a rentabilidade maior é a evidenciação do ativo imobilizado das empresas. Não se verificou associação positiva e significante no tocante às variáveis tamanho e endividamento, que conduzem à rejeição das hipóteses H_1e H_3da pesquisa.

A relação positiva, no tocante à variável imobilizado, pode encontrar explicações pela sua própria composição monetária representar mais da metade do valor total do ativo. Acrescenta-se a isso o fato da obrigatoriedade da evidenciação do ativo imobilizado em nota explicativa.

A relação de associação negativa com a rentabilidade pode estar atrelada ao tempo de retorno dos investimentos realizados no imobilizado, observando Hendriksen e Van Breda (1999) ao caracterizarem os referidos ativos.

Entretanto, cabe ressaltar o baixo percentual explicativo do nível de *disclosure* do ativo imobilizado das empresas pesquisadas (tabela 6), evidenciado pelas variáveis independentes . Diante dos resultados observa-se a necessidade de uma maior evidenciação dos referidos ativos, por parte das empresas pesquisadas, necessitando-se ir além da divulgação em notas explicativas.

No tocante às limitações deste estudo, a principal referência se deve à incipiência de pesquisas analisando em específico a evidenciação do grupo de ativos imobilizado. Salienta-se a impossibilidade da generalização dos resultados, visto que a amostra é composta exclusivamente de empresas listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBovespa. Ressalva-se, por fim, que algumas empresas não foram consideradas neste estudo, em virtude da ausência dos dados necessários para realização das análises.

Recomenda-se para trabalhos futuros a ampliação do universo de pesquisa, visto que uma nova amostra permitirá a utilização deste estudo para fins de comparabilidade dos resultados. Outra recomendação diz respeito à utilização de diferentes variáveis e de pesquisas envolvendo amostras de empresas internacionais.

REFERÊNCIAS

ABOODY, D.; BARTH, M. E.; KASZNIK, R. Reavalution of fixed assets and future firm performance: evidence from the UK. **Journal of Accounting & Economics**, v. 26, p. 149-178, 1999.

BARBOSA NETO, J. E.; DIAS, W. de O., PINHEIRO, L. E. T. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Contabilidade vista & Revista**, v. 20, n. 4, p. 131-153, out./dez. 2009.

BARTH, M. E.; CLINCH, G. International accounting differences and their relation to share prices: evidence from U.K., Australian, and Canadian Firms. **Contemporary Accounting Research,** v. 13, n. 1, pp. 135-170, 1996.

BRASIL. **Lei n. 6.404**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm>. Acesso em: 13 set. 2012.

BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D.; SMITH, A. J. What determines corporate transparency. **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 2, p. 207-252, may 2004.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 00 (R1) - Instrumentos Financeiros**: Evidenciação. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/cpc00_r1.pdf>. Acesso em: 05 set. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/cpc%2027.pdf>. Acesso em: 05 set. 2012.

CORE, F. G. **Reforma gerencial dos processos de planejamento e orçamento**. Brasília: ENAP, 2001.

DYE, R. A. An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 181-235, mar. 2001.

EASTON, P. D.; EDDEY, P. H.; HARRIS, T. S. An investigation of revaluations of tangible long-lived assets. **Journal of Accounting Research**, v. 31, p. 1-38, 1993.

GALLON, A. V.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Evidenciação contábil: itens de maior divulgação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 2, p. 141-165, abr./jun. 2008.

GIBBINS, M.; RICHARDSON, A.; WATERHOUSE, J. The management of corporate financial disclosure: opportunism, ritualism, policies and process. **Journal of Accounting Research**, v. 28, p. 121-143, 1990.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

HOSSAIN, M. The extent of disclosure in annual reports of banking companies: the case of India. **European Journal of Scientific Research**, v. 23, n.4, p. 660-681, 2008.

HOPE, Ole-Kristian; YIQIANG. Jin; TONY. Kang. Empirical evidence on jurisdictions that adopt IFRS. Journal of International Accounting Research, n. 5, p. 1-20, 2005.IUDÍCIBUS , S. de. **Teoria da contabilidade.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Impacto das diferenças entre as Normas Brasileiras de Contabilidade e Americanas nos indicadores de desempenho de empresas brasileiras com ADRs. **Brazilian Business Review,** v. 6, n. 2, p. 154-173, maio/ago. 2009.

LANG, M.; LUNDHOLM, R. An empirical assessment of voluntary disclosure theory. **Working Papers - Stanford Graduate School of Business,** Research Paper, n. 1188, p. 1-54, 1992.

LIN, Y.-C.;CHANG, H.; CHEN, J.; WU, G.-S. Accounting disclosure quality, capital market intensity and national productivity. **Annals of Operations Research,** may 2011.

MIRANDA, K. F.; TOMÉ, W. C.; GALLON, A. V. Evidenciação da remuneração variável nas melhores empresas para se trabalhar listadas na BM&FBovespa: um estudo à luz dos CPCs 10 e 33. **Pensar Contábil,** v. 13, n. 51, p. 35-47, maio/ago. 2011.

MUPURUNGA, P. V. R.; PONTE, V. M. R.; COELHO, A. C. D.; MENESES, A. D. de. Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças,** v. 22, n. 57, p. 263-278, set./dez. 2011.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M.; PIMENTEL, R. C.. Divulgação Voluntária da Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Desempenho das Empresas de Capital Aberto no Brasil. In: VII Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo-SP. **Anais**… Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2007.

VERRECCHIA, R. E.; Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics,** v. 32, p. 97-180, abr. 2001.

ZONATTO, V. C. da S.; SANTOS, A. C. dos.; RODRIGUES JUNIOR, M. M.; BEZERRA, F. A. Fatores determinantes para a adoção de padrões internacionais de contabilidade no Brasil: uma investigação em empresas públicas e privadas do setor de energia elétrica. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 12, p. 26-47, maio/jun./jul./ago. 2011.